

ATA

1ª REUNIÃO FÓRUM PAULISTA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Data: 31 de maio de 2022
Horário: 9h30min
Local: Plataforma Teams por videoconferência

Membros presentes

SEGMENTO ESTADO

Alvaro Yanagui - CBH-PP	DAEE
Irene Sabatino - CBH Mogi Guaçu/SP	DAEE
Nazareno Mostarda Neto - CBH-SM	DAEE
Ney Akemaru Ikeda - CBH-RB	DAEE
Gilson Nashiro - CBH-RB	DAEE
Luiz Otávio Manfré - CBH-BT	DAEE
Caroline Túbero Bacchin - CBH- PCJ	SIMA
Suraya Damas de Oliveira Modaeli - CBH-AP	DAEE
Jodhi Jefferson Allonso - CBH-SMT	DAEE
André Luiz Sanchez Navarro - CBH-PCJ	SIMA
Jociani Debeni Festa - CBH-LN	SIMA
Claudio Daher Garcia - CBH-BPG	DAEE
Sidney Felix Caetano CBH/BS	DAEE
Viviane de Sousa Peres - CBH/SMG	DAEE
David Ayub - CBH-ALPA	DAEE
Fábio Luciano Pincinato - CBH-LN	SIMA
Luciola Guimarães Ribeiro - CBH-SJD	DAEE
Gilmar José Peixoto - CBH-PP	Sabesp

9

10 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

Marcos Daniel Bonagamba - CBH-PARDO	PM de Simão
Laerte Sonsin – CBH-SMT	PM de Salto

11

12 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

Amauri Pollachi - CBH-AT – coordenador adjunto do FPCBH	APU
Claudio Bedran - CBH-TB	Inst. de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde
Marco Antonio dos Santos - CBH-PCJ	ASSEMAE
Renato Traballi Veneziani - CBH-PS	Sind. Rural de São José dos Campos
Nelson Portéro Junior - CBH-BS	AEAA de Bertiooga
Fátima Aparecida Blockwitz - CBH ALPA	SEESP
Luís Sergio de Oliveira - CBH-AP	ABRHidro
Eleusa Maria da Silva - SMT	OAB
Hélio Cesar Suleiman – CBH-AT – Secretário Executivo Adjunto do FPCBH	FABHAT
Jozrael Henriques Rezende - CBH-TJ	FATEC - Jaú
Germano Hernandez - CBH-TG	AEAA de São José do Rio Preto
Rafael França Guimarães de Paula - CBH-RB	COOPAFARGA
Marisa Heredia - CBH-Pardo	Centro Universitário Moura Lacerda

13

14

15 **1. Abertura.** O Coordenador Adjunto do Fórum Paulista de Comitês de
16 Bacias Hidrográficas-FPCBH, Amauri Pollachi (CBH-AT) após
17 constatado quórum abriu a 1ª Reunião do Fórum Paulista de 2022
18 agradece a presença de todos e justificou a ausência do Coordenador
19 Geral do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas-FPCBH e
20 Prefeito de Ribeirão Pires, Clovis Volpi. Solicitou inversão de pauta, e foi
21 aprovado pela plenária para tratarem primeiro do item 2.2. Na sequência
22 Larissa Silva (FABHAT) orientou o público presente com as
23 recomendações técnicas e soluções básicas da plataforma tecnológica
24 Teams (Microsoft) utilizada para a reunião não presencial.

25 **2. Informes-2.1 Assuntos discutidos nas reuniões do colegiado**
26 **coordenador, por Hélio Suleiman. 2.2. PL 4546/2021, que Institui a**
27 **Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.**

28 Hélio Suleiman, e esclareceu que estão com uma agenda ativa para
29 debater o PL 4546/2021 desde setembro do ano anterior. Entre as ações
30 executadas pelo Grupo de trabalho-FPCBH está o encaminhamento de
31 propostas ao Conselho Estadual-CRH. Na última reunião do CRH foi
32 solicitada a elaboração de um Nota Técnica. Também foram realizadas
33 discussões sobre aspectos do PL no Fórum Nacional dos Comitês de
34 Bacia. Iara Bueno Giacomini (Coordenadoria de Recursos Hídricos-
35 CRHi-SIMA) esclareceu que promovem a integração das ações da
36 Coordenadoria-CRHi com o FPCBH, incluindo a criação do Grupo de
37 Trabalho que conta com a participação de 10 integrantes e também com

38 as contribuições da Dra. Alexandra Faccioli Martins (Ministério Público
39 do Estado de São Paulo-MP) para elaboração da Minuta da Nota
40 Técnica. Passou a destacou diversos pontos já laborados no documento
41 e que a Nota Técnica será um anexo da Moção, que também foi
42 aprovada na última reunião do CRH. O PL se caracteriza como uma
43 ameaça para política e segurança das águas, alterando mecanismos da
44 Lei que já demonstraram eficiência, além de causar prejuízos ao sistema
45 de gerenciamento dos recursos hídricos e, em especial no tocante a
46 autonomia dos Comitês de bacia-CBH para o exercício de suas
47 atribuições e o enfraquecimento de mecanismos que garantem a
48 segurança hídrica no território nacional e estadual. A primeira parte do
49 documento foca na gestão do sistema hídrico e a questão da
50 materialidade da água, considerando as diferentes perspectivas, o ciclo
51 hidrológico completo, a totalidade dos interesses setoriais considerando
52 os arranjos institucionais nas várias escalas na dimensão espacial e
53 temporal, sendo adequada a articulação da gestão dos recursos hídricos
54 e que alterações de tal monta só podem ser tomadas levando em
55 consideração a gestão das águas de forma integrada e participativa. Na
56 segunda parte do documento são consideradas as metas referentes a
57 água, articuladas com outras metas do desenvolvimento e de justiça
58 social, dados do Plano estadual de recursos hídricos-PERH, a
59 declaração da água de Viena, além de aspectos da Constituição
60 Brasileira, dos ODS (ONU), o acesso a água potável amparado em
61 princípios que reconhecem a água como matéria-prima para o

62 desenvolvimento de todos os seres e para o desenvolvimento das
63 atividades econômicas e sociais com robusto arcabouço das normas
64 jurídicas. Constando todo um embasamento legal como suporte técnico
65 jurídico e, neste âmbito, de maneira geral, os dispositivos do PL conflitam
66 com os mecanismos de proteção jurídico-legal das águas, em especial
67 com aqueles contidos na Constituição Federal que consagram a água
68 como direito humano fundamental, bem ambiental difuso e inalienável,
69 comum a todos. Também atualizaram os dados do Fundo FEHIDRO,
70 contemplando mais de 6 mil projetos concluídos, sendo que os
71 municípios são os principais formadores dos recursos, cerca de 2/3 da
72 captação de Investimentos, seguidos pelo segmento da sociedade civil
73 organizada e pelo segmento Estado, evidenciando o caráter
74 descentralizado dos investimentos. Caso o PL seja acatado na íntegra
75 as funções administrativas e os respectivos investimentos serão
76 prejudicados. O documento também contém a pormenorização de
77 problemas levantados na última reunião do CRH por diversas
78 instituições. Considera os graves prejuízos da suspensão da outorga, as
79 intersecções existentes entre a segurança hídrica e as políticas de
80 recursos hídricos e as mudanças climáticas e do meio ambiente.
81 Desconsidera o Plano das bacias hidrográficas e o Plano estadual de
82 recursos hídricos, além do recorte da bacia hidrográfica como unidade
83 territorial e o papel central do acesso a água como meio de redução da
84 pobreza e da justiça social. Objetivamente se posiciona contrário ao PL
85 uma vez que não se pode conceder outorga e definir valores da cobrança

86 de maneira dissociada das características intrínsecas da água, do valor
87 social da água, das políticas de gerenciamento e sem o adequado
88 planejamento por parte do poder público. Conclui que o PL foi elaborado
89 à margem das instâncias representativas e participativas do sistema
90 nacional e do estadual, em absoluta contradição com os princípios de
91 governança instituídos a partir da Constituição e da Lei 9433
92 negligenciando a agenda da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento
93 Sustentável-ODS. Amauri, como Coordenador Adjunto, parabenizou a
94 apresentação e a qualidade dos trabalhos, até então realizado pelo
95 Grupo Técnico e complementou que o PL é apenas reflexo do que está
96 vigente nas políticas federais e no Ministério do Desenvolvimento
97 Regional, em total desprezo as partes interessadas, desde a participação
98 da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos e de todos os
99 interessados no tema e na governança das águas, então devem optar
100 pela rejeição total do PL e promover ampla discussão com a participação
101 de todas as partes interessadas, incluindo os municípios, estados e toda
102 a sociedade civil, e não apenas uma pequena parcela dos usuários,
103 como foi o caso na consulta para o PL, É somente a partir daí que podem
104 construir um PL para a segurança e a estrutura hídrica. O que ocorreu
105 com o PL, é que o Tribunal de Contas da União muito bem colocou como
106 uma provocação. No entanto, o governo federal resolveu adotar a pior
107 estrada possível para solucionar os problemas levantados. Ao que
108 parece o PL atende apenas interesses do Departamento Nacional de
109 obras contra a seca e alguns interesses que estão ligados diretamente

110 às barragens, mas a governança das águas trata de muito mais
111 aspectos. Iara Bueno esclareceu que pretendem encerrar o documento
112 até o dia 06 para encaminhar no dia 07 ao CRH, e também será
113 encaminhado ao colegiado, inclusive para recebe eventuais alterações
114 e propostas, além de ser encaminhado para a Doutora Alexandra na
115 análise jurídica. Hélio, recapitulou todos os acontecimentos de debate do
116 PL, com ênfase na reunião do CRH, quando trataram de todos os artigos
117 sensíveis, seja pela revisão, modificação ou retirada completa, sempre
118 como argumentos pertinentes, além de claramente exposto nos
119 Considerandos da Minuta com as justificativas, resultando na
120 necessidade da elaboração da Nota Técnica. Ressaltou também que a
121 Federação Brasileira de Ministérios Públicos está aguardando a posição
122 do Fórum Paulista e a do CRH para sua manifestação subsidiada e se
123 se colocou à disposição, inclusive para receber e encaminhar as
124 contribuições ao Grupo. Amauri solicitou que o FPCBH deve se
125 manifestar e também a mobilização dos representantes políticos, ou seja,
126 seria muito importante entrarem em contato com os Deputados
127 representativo de cada região para que possam atuar nessa legítima
128 defesa da governança das águas, para não sofrerem os impactos dos
129 efeitos nefastos do PL. Na sequência os participantes se manifestaram,

130 Edilson solicitou uma coordenação centralizada nacionalmente para o
131 ENCOB que pode ser o principal ator do processo e, seria bom um
132 acompanhamento jurídico, considerando até mesmo a necessidade de

133 recorrer ao Supremo Tribunal Federal-STF em uma análise mais rígida
134 sobre a inconstitucionalidade do PL, além do apoio político com ações
135 no Congresso Nacional e demais instituições democráticas devidamente
136 mobilizadas para lutar contra o PL. Nazareno Mostarda Neto (CBH-
137 SERRA DA MANTIQUEIRA-DAEE) parabenizou a equipe que tem
138 trabalhado na manifestação e na Nota Técnica, instando que todos
139 estejam atentos a todos os temas debatidos, que podem ser prejudiciais
140 ao sistema, como já ocorreu em outras situações quando São Paulo
141 perdeu parte dos royalties pelo uso das águas. Amauri considerou ótima
142 ideia levar o tema ao ENCOB uma vez que ele congrega 154 Comitês,
143 buscando a unidade Federativa. Rafael França Guimarães de Paula
144 (COOPAFARGA e CBH-RI-LN) parabenizou pelo trabalho e pelo
145 resultado expresso na Minuta, registrou também que o PL já está no
146 Congresso Nacional, e sua preocupação, pois no Conselho Nacional
147 muitos membros se manifestaram apoiando o texto e solicitou
148 esclarecimentos sobre a tramitação do PL. Suraya Damas de Oliveira
149 Modaelli (CBH-AGUAPEÍ PEIXE-DAEE) contribuiu registrando a ótima
150 apresentação de Hélio que trouxe os pontos mais sensíveis do PL, e que
151 o documento deve ser registrado e validado como manifestação e
152 encaminhamento do FPCBH, além de dar conta de manifestações
153 políticas com os representantes paulistas em defesa da gestão das
154 águas paulista. Esclareceu também que o tema está pautado para ser
155 debatido no ENCOB e sugeriu a criação de um pequeno grupo no âmbito
156 Fórum Nacional com as entidades que se já manifestaram em

157 posicionamento contrário ao PL para elaborarem também uma Minuta
158 consolidando a contribuição do Fórum Nacional. Amauri concordou e
159 parabenizou pela iniciativa, caracterizando que de fato precisam de
160 ações propositivas para o enfrentamento do PL. Finalizando o tema,
161 Hélio lembrou que o tema está em pauta desde do final do ano anterior
162 e são necessárias maiores participações fornecendo contribuições, e não
163 restringir o tema a um pequeno número de pessoas, e isso requer o maior
164 comprometimento de todos. Enfatizou que está amplamente envolvido
165 contribuindo, mas se o tema não for encarados seriamente, inclusive no
166 ENCOB, posicionou que, como Presidente da FABHAT, não participará,
167 cobrando maior participação de todos para a efetiva defesa e
168 desenvolvimento do sistema como um todo. Que o Fórum precisa
169 pactuar e realmente definir o rumo que querem para o sistema. Laura
170 Stela esclareceu que informalmente procura contribuir dando
171 continuidade aos trabalhos da CRHi, mas oficialmente o Secretário de
172 infraestrutura está respondendo pela CRHi. Acrescentou que também
173 existem dois PLs na Assembleia Legislativa de São Paulo-ALESP que
174 afetam muito o sistema, devem se posicionar enquanto Comitês de
175 bacia. Amauri considerou muito pertinente, manifestando que também
176 muitas contribuições foram registradas pelo Chat da reunião e acatou os
177 encaminhamentos com proposta de trabalhos conforme apresentadas,
178 principalmente por lara e Hélio, ampliando a repercussão desses
179 trabalhos sempre no sentido de trazer maiores articulações favoráveis, o
180 que inclui a participação do Fórum Nacional, ampliando as participações.

181 Mostarda manifestou que todas as falas contribuíram muito para o tema
182 do momento com proposituras adequadas e perguntou também sobre a
183 representatividade nos CBHs, como será a condução da compatibilidade
184 da Lei Federal e a Estadual. Iara esclareceu que devem ser reunir para
185 debater também esse tema, com a presença de todos os Secretários
186 executivos dos CBHs, está em estudo para dar subsídios técnicos aos
187 CBHs e para a Secretaria se manifestar em uma análise considerando
188 as vantagens e desvantagens. O debate deve envolver as partes
189 interessadas. Sidney Félix Caetano (CBH-BS-DAEE) disse que o Dr.
190 Plínio Back Silva, Procurador do Estado SP pela Procuradoria Geral do
191 Estado–PGE, está apoiando o CBH-BS conduzindo e orientando sobre
192 esse processo. Claudio Daher Garcia (CBH-BPG-DAEE) manifestou que
193 há muito tempo alteraram o Estatuto do Comitê em função de uma ação
194 pública e se colocou à disposição para contribuir. Amauri solicitou
195 tratarem do tema da composição nos CBHs posteriormente. Dando
196 prosseguimento a pauta e, assim foi encaminhado sobre o PL 4546 (i)
197 aprovação da Nota Técnica que está em fase final de redação, e deverá
198 ser encaminhada ao CRH, (ii) que o FPCBH se aproprie do tema e
199 divulgue de forma ampla, promovendo debates de caráter nacional, o
200 que inclui a divulgação individual por cada CBH para posteriormente
201 encaminhar as manifestações de forma documentada para as diversas
202 instâncias que possam contribuir em repúdio ao PL, além disso; (iii)
203 promover articulação e subsídios para apoio político; (iv) com o apoio
204 jurídico. Submetido o encaminhamento, foi aprovado pelo plenário. Hélio

205 solicitou acesso ao documento para disponibilizar aos membros do
206 Fórum, uma vez consolidado o documento.

207 **2.3 ENCOB 2022.**

208 Hélio esclareceu que participou dos preparativos para o ENCOB 22 e
209 espera encontrar oportunidade de debate, principalmente sobre as
210 políticas da gestão dos recursos hídricos paulista em articulação com as
211 políticas nacionais. Suraya Damas de Oliveira Modaeli (CBH- AGUAPEÍ
212 E PEIXE-DAEE) esclareceu que o tema central do ENCOB é a
213 responsabilidade de todos com a gestão das águas e apresentou o
214 cronograma com o conteúdo do evento, esclarecendo que a expectativa
215 é que tenham mais de mil participantes presencialmente, mas para
216 atender a todos e a todas as necessidades especiais o evento será
217 híbrido, ocorrerá de 22 a 26 de agosto em Foz do Iguaçu-PR. Contará
218 com uma arena de diálogos para exposição de trabalhos, e terá temas
219 como os eventos climáticos, uso racional e resuso da água com as
220 experiências e ações ativas para promover o uso racional da água, as
221 boas práticas da gestão participativa e o engajamento na sociedade
222 trabalhando com a Agenda 20-30 e ODSs. A Agência Nacional de águas-
223 ANA promoverá uma jornada de capacitação oferecendo cinco temas
224 relevantes em jornada online. Também serão ouvidos o poder público,
225 em todas as suas instâncias, sobre o planejamento, regulação e o
226 financiamento para a política das águas. Será abordado o Plano Nacional
227 dos recursos hídricos e os Planos de bacia, além do PL 4546 na

228 Assembleia geral, para tirar um compromisso e posicionamento dos mais
229 de 240 CBHs do país. Recomendou que todos tomem as devidas
230 providências para comparecerem ao ENCOB 22 e finalizou dizendo que
231 a perspectiva é de uma participação mais ativa do FPCBH com o stande
232 para reuniões de integração da vertente Paulista e para o fortalecimento
233 da gestão das águas paulista procurando articular a formalização de um
234 documento a favor da política das águas no estado de São Paulo e, que
235 deve ser entregue ao próximo Governador estadual. O espaço prevê um
236 auditório com capacidade entre 25 a 30 pessoas para imersão no Fórum
237 Nacional dos Comitês Paulistas. Amauri considerou que o conjunto das
238 propostas que pode sair do Fórum Nacional e as articulações são
239 fundamentais para promover os avanços e também junto aos futuros
240 governantes eleitos.

241 Edilson solicitou esclarecimentos sobre possíveis modificações nas
242 Fundações Agência de Bacia, sobre os valores da cobrança pelo uso da
243 água e se poderiam entrar em discussão no Fórum. Amauri considerou
244 que os temas podem e devem ser discutidos e redigidos no documento
245 conjunto como propostas. Hélio complementou dizendo que pretendem
246 aprimorar os debates do evento anterior no ENCOB sobre as Vertentes
247 litorâneas, e que também será tratada a questão das Fundações
248 Agências de Bacia com o Grupo que já está tratando do tema no âmbito
249 da CRHi. Devido aos temas extremamente relevantes conforme
250 elencados, foi contratado o financiamento do stand que possibilite o

251 espaço de discussões. Para tanto obteve aprovação de seu Conselho
252 Deliberativo na FABHAT, e assumiu o compromisso de promover o
253 debate sério sobre a gestão das águas elaborando documento que
254 deverá ser entregue também aos governantes. Ressaltou também que
255 espera por um maior compromisso, não só com obras, mas com a efetiva
256 gestão recursos hídricos por parte dos órgãos governamentais.
257 Considerou ainda que há muitos temas que devem ser tratados pelos
258 Comitês e, de certa forma necessitam com urgência se aproximar das
259 lideranças políticas ligadas ao sistema de gerenciamento dos recursos
260 hídricos, para fortalecerem o compromisso com a boa gestão dos CBHs,
261 no momento em que a lei Paulista de águas completa mais de 30 anos,
262 mas ainda os Comitês são vistos de forma predominantemente
263 burocrática e como distribuidor de recursos, porém temas relevantes ao
264 sistema ficam relegadas ao segundo plano e como exemplo, disse sobre
265 as informações preliminares que o Governo aprovou um plano de
266 reforma das barragens através do Ministério das Minas e Energia para
267 os próximos 10 anos e ainda há a questão da privatização da empresa
268 Eletrobras. No mesmo rol de importância está a questão do citado debate
269 sobre a composição dos Comitês, entretanto disse que não encarava
270 como problema mudar a composição, sendo favorável a qualquer
271 participação mais rica e ampla no sistema no que determinar a
272 legislação. Esclareceu que no dia anterior esteve reunido com o
273 Conselho Deliberativo da Fundação e reafirmou que exerce a
274 presidência da Fundação como o braço executivo do Comitê, há cerca

275 de 5 anos, e está plenamente comprometido com o trabalho, dessa
276 forma, se comprometeu e obteve aval do Conselho Deliberativo para
277 trazer a proposta clara e objetiva que o valor investido no stand do
278 ENCOB só ocorrerá se resultar em ações práticas e em um documento
279 proativo e unificado com a parceria e comprometimento real do Fórum
280 para uma séria realização dos trabalhos com o envolvimento de todos os
281 atores interessados dentro da representação tripartite. Rui Lemos Smith
282 (P.M. de PRAIA GRANDE–CBH-BS) solicitou a pauta completa e o tema
283 central do ENCOB. Suraya esclareceu que as informações se encontram
284 no website do ENCOB e que irá compartilhar sua apresentação. Cláudio
285 Bedran (ONG Planeta Verde) colaborou com os debates dizendo que o
286 DAEE, lamentavelmente, está sofrendo com muitas ausências em seu
287 quadro de pessoal, por outro lado, sempre defendeu que os CBHs
288 tenham personalidade jurídica com CNPJ autônomo. Sidnei Félix,
289 esclareceu que o Comitê da Baixada Santista tem ampla cooperação do
290 DAEE na porção Litorânea da Baixada Santista, com as boas práticas da
291 gestão dos recursos hídricos, identificando as problemáticas,
292 executando o balanço hídrico e instalando postos de monitoramento,
293 trabalhando de maneira muito alinhada e comprometida com o Comitê,
294 em uma gestão muito além do que apenas obras. O Coordenador
295 concordou que todos precisam trabalhar conjuntamente no foco da
296 gestão das águas e o FPCBH deve abraçar todas essas causas,
297 inclusive a oportunidade de ter seu espaço com o stand no ENCOB para
298 fomentar o debate com ampla representatividade e formalizando suas

299 propostas para o futuro, além das ações transformadores para o médio
300 prazo e as de caráter estrutural e institucional que envolvem a gestão
301 dos recursos hídricos no estado São Paulo, portanto considerou
302 fundamental o apoio do Fórum as iniciativas citadas. Suraya também
303 expressou que a questão do órgão DAEE pode ser tema no espaço do
304 Fórum conforme debatido na reunião e o Coordenador concordou que o
305 tema é relevante e devem trabalhar em cima de propostas face a
306 realidade, encaminhando objetivamente para que o Fórum dê total apoio
307 e que todos CBHs participem ativamente e de maneira comprometida em
308 todas as atividades que serão realizadas no stand alocado. Enfatizou que
309 além da presença é necessária uma participação comprometida. Hélio
310 corroborou o encaminhamento, e será alocado o espaço do FPCBH no
311 ENCOB, solicitando apoio, com a expertise do CBH-PCJ e a Fundação
312 Agência. Foi composto Grupo com participações de Maria Emília Botelho
313 (CETESB), André Navarro (SIMA), Suraya Modaelli (DAEE), Lupércio
314 Zirolto Antonio (DAEE) e Amauri Pollachi (APU).

315 **3. Projeto de Educação Ambiental, por Cladio Bedran.**

316 O item passou para compor a pauta da próxima reunião,
317 preferencialmente como um dos primeiros itens da reunião.

318 **4. Ordem do dia: 4.1. Aprovação da ata da 2ª Reunião do Fórum**
319 **Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas de 2021, realizada em**
320 **02/12/2021.**

321 Devido ao adiantado da hora o item passou para compor a pauta da
322 próxima reunião.

323 **5. Encerramento.** O Coordenador Adjunto agradeceu as presenças, e
324 não havendo outras manifestações encerrou a reunião. Esta Ata da 1ª.
325 reunião de 2022 do FPCBHs foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan
326 Gravina, com revisão da Secretaria Executiva do FPCBH.

327 **Clóvis Volpi**
328 Coordenador Geral do FPCBH

329 **Mauro Pollachi**
330 Coordenador Adjunto do FPCBH

331 **Wanderley de Abreu S. Júnior**
332 Secretário-executivo do FPCBH

333 **Hélio Cesar Suleiman**
334 Secretário-executivo adjunto do FPCBH